
Mensageiros do futuro: literatos fazem a História

*Lorraine Slomp Giron**

Resumo: A História não foi escrita apenas por historiadores. Literatos como Gonçalves Dias, Simões Lopes Neto e Natal Chiarello fizeram bons estudos sobre as histórias nacional e regional. Por sua intuição e talento inovaram a forma de escrever e de explicar a História. Tais obras, apesar de sua importância, são pouco estudadas e revelam a íntima relação entre Literatura e História.

Palavras-chave: literatos, estudos históricos.

Abstract: History has not been written by historians only. Writers such as Gonçalves Dias, Simões Lopes Neto and Natal Chiarello performed valuable studies on national and regional history. Their intuition and talent innovated the way of writing and explaining history. Despite their importance such works are not much studied, and they reveal the close relationship between literature and history.

Key words: writers, historical studies.

*“As aves que aqui gorjeiam,
não gorjeiam como lá.”*

Gonçalves Dias

Explicação inicial

Alguns escritores brasileiros, entre maiores e menores, aventuram-se pela História, fazendo reflexões históricas e escrevendo obras e textos históricos. Sem se preocupar com os paradigmas da História e com seus pressupostos teóricos aceitos, renovam a sua escrita, dando-lhe nova dimensão.

Livres de explicações prévias, atreladas a teorias históricas, têm relativa liberdade de ação para produzir belos textos e explicações inovadoras, algumas das quais precursoras de posições muito distantes, situadas no futuro da escritura da História. Isso não significa que desconheciam o que era produzido

* Professora no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Professora no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Mestre em Letras e Cultura Regional; Doutora em Ciências Sociais. *E-mail:* loraines@nutechnet.com.br

pelos historiadores, especialmente Gonçalves Dias, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor de História e Latim, ainda que por curto espaço de tempo.

A análise das obras históricas de três escritores, de tempos e locais diferentes, marcados por posições diversas na história literária, parece ser suficiente para os fins desta reflexão. Gonçalves Dias, Simões Lopes Neto e Natal Chiarello estão distantes no tempo e na dimensão que obtiveram na história literária. A reflexão tem como propósito verificar as principais idéias históricas seguidas por Dias, Lopes e Chiarello, articulando-as com o momento histórico em que viveram, marcados por diferentes condições temporais, espaciais e socioeconômicas.

A exclusão de Euclides da Cunha do corpo da análise é intencional, já que ao contrário dos demais autores, trazia na ponta da pena as teorias deterministas e positivistas para a explicação de Canudos.

A invenção do Brasil

O Romantismo europeu foi marcado pela divinização do Estado (que vai tomar o lugar do rei com seu direito divino ao poder). A falta de individualização no Estado, já que é apenas um conceito e não está corporificado numa pessoa que tem nome e face, estando ligada diretamente a uma dinastia, necessita de uma história diversa daquela que garantia o poder dinástico e hereditário dos monarcas. Houve, então, a necessidade de buscar ou de construir a história desse *Ser* novo e sem passado conhecido: o Estado Nacional.

Os românticos julgavam o Estado originado do contrato social, ou seja, acreditavam na ficção da existência de um povo que reunido, garantiu a formação das leis e do Estado. Sob tal ponto de vista é, na própria sociedade, que devem ser procuradas as vertentes para a criação de uma História nacional.

Os historiadores românticos procuraram nos primitivos habitantes de determinada região os fundadores da nação, os novos pais da Pátria. A construção de um passado para o Estado voltou-se, então, para os primitivos habitantes de cada país. Na Itália foram escolhidos os romanos (antes, os latinos); na Prússia, os germânicos (ou alemães) e na França os gauleses. No caso brasileiro, o Nacionalismo se volta para os nativos, seus primeiros habitantes.

Como observa Cabral de Mello,

o Romantismo que na Europa fora componente essencial do nacionalismo, em especial nos países que haviam emergido para a existência autônoma no decurso que haviam realizado sua unificação após séculos de divisão, o Romantismo, dizia, partiu entre nós para o indianismo, que foi uma expressão mofina da ambição de construir o que virá posteriormente a ser designado por “identidade regional” (2002, p. 3).

Na América Latina (em geral) e no Brasil (em particular) a união entre Romantismo e Nacionalismo nasceu da união indevida entre o íncola e os seus conquistadores. Os românticos desviaram sua atenção dos lusos voltando-se para os indígenas, nos quais residem o passado das novas nações. Tal procura constitui o fundamento da produção cultural de toda uma época.

A construção de uma história verdadeiramente brasileira sem as marcas deletérias das relações desiguais entre Metrópole e Colônia. Coube ao que parece ao próprio Estado, através da eficiente ação do segundo imperador brasileiro. O sentimento nacional e o nacionalismo foram evidentemente cultivados tanto por Dom Pedro II quanto pelos associados do Instituto Histórico e Geográfico, segundo Cabral de Mello (Mello, 2002, p.17). Já sabemos qual foi a escolha imposta ao Brasil. Hoje, contudo, pretendemos esquecer que, mesmo após o estabelecimento do Estado brasileiro, o sentimento nacional continuou por muito tempo aquela “florzinha tenra” da metáfora que já serviu para definir a democracia entre nós. É claro que a Coroa de D. Pedro II a aguiu e fertilizou com assiduidade, como atestam suas iniciativas no plano cultural, inclusive no historiográfico. Graças inclusive ao segundo imperador, fomos desde então um país de intelectuários, de literatos empregados pelo Estado e de funcionários públicos com veleidades intelectuais.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico deu-se em 2 de outubro de 1838, buscando construir um passado e uma identidade para o Brasil, livrando-o da explicação centrada em Portugal, pelos cronistas e historiadores portugueses que fazia do Brasil mera metástase da História portuguesa.

Em relação à criação do instituto, escreve Iglesias:

Trata-se, evidentemente, de influência da recente criação do Instituto Historique de Paris, fundado em 29 de dezembro de 1833 [...]. A idéia é respaldada pelo clima intelectual da época no Brasil e mesmo nos centros internacionais aos quais o país é ligado, sob o signo do Romantismo (Iglesias, 2000, p. 62).

A fundação foi proposta pelo cônego Januário de Cunha Barbosa e pelo brigadeiro Raimundo de Cunha Matos à Sociedade Auxiliadora da

Indústria Nacional. Revestiu-se, assim, de um caráter de associação particular. Porém, com a ascensão ao trono de Dom Pedro II, o Instituto se aproxima do poder público, que passou a financiar e a encomendar pesquisas. A pauta do instituto foi marcada pela tentativa de dar início aos estudos brasileiros.

O instituto que parecia ter caráter renovador, logo manifestou seu conservadorismo. A produção IHGB em seu início foi tímida, mais de dez anos se passaram até que começou a dar seus primeiros frutos. Foi com a aproximação do jovem Imperador Dom Pedro II que o instituto ganhou novos colaboradores, muitos são os novos interessados nos estudos brasileiros. O IHGB promove concursos sobre temas importantes da História-pátria ainda não estudados.

Em 15 de dezembro de 1849, foram inauguradas as novas instalações do instituto, no Paço Imperial. A partir dessa data, as reuniões passaram a ocorrer em uma das salas do paço, o que representou uma maior aproximação do instituto com o Estado Imperial. A presença de Dom Pedro II tornou-se mais assídua, contribuindo para a construção da imagem de um monarca sábio e amigo das letras. Demonstrando seu interesse pessoal pelo instituto, o Imperador, entre os anos de 1849 e 1889, presidiu cerca de 506 sessões, ausentando-se somente por motivo de viagem.

Segundo Inglesias,

o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se um centro de estudos e de pesquisas, proporcionando ao Imperador levar adiante seu projeto de desenvolver uma política cultural para o país com um nítido “caráter brasileiro”. Desde a sua fundação coletava e arquivava os documentos de interesse para a História e Geografia do Brasil, com a intenção de divulgar os conhecimentos destes dois ramos científicos através do ensino público; mantinha correspondência com outras associações estrangeiras; instalava sucursais em outras Províncias do Império; e publicava a Revista do Instituto (Inglesias, 2000, p. 62).

A pauta do instituto foi marcada pela tentativa de introduzir os estudos brasileiros. O que, inicialmente, parecia ter caráter renovador, logo manifestou seu conservadorismo.

A busca histórica, no passado, de elementos que explicassem o significado de “ser brasileiro”, tinha uma finalidade: a sustentação da Monarquia brasileira e a formação da nacionalidade. Possuía significado político e indicava como seria escrita e a quem serviriam, naquele momento, a História do Brasil e o seu ensino, que deveria imprimir um caráter brasileiro à cultura brasileira. Foi nesse cenário que aparece a produção histórica de Gonçalves Dias.

Um Brasil brasileiro

Antônio Gonçalves Dias, um dos maiores poetas do Brasil, foi também um de seus primeiros historiadores. Nasceu em Caxias do Maranhão, em 10 de agosto de 1813 e lá morreu em 1864.

A obra histórica de Dias não se limita à criação da teoria do acaso na descoberta do Brasil, e se atreveu muito mais na escrita da História. Já para os críticos literários sua obra histórica constitui apenas um deslize pouco literário. Dessa forma, segue ignorada e pouco estudada a originalíssima história escrita por Dias.

Seu interesse pela História começa em 1845, ao voltar de Coimbra para o Brasil, após a conclusão de seu bacharelado, escrevendo *Meditação*, no Maranhão. Em São Luís, participa da Associação Literária Maranhense, da criação do jornal *O Arquivo*. Nos vagares da província, Gonçalves Dias, encontrou o tempo necessário para refletir sobre o Brasil.

Os *Anais históricos do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo, deveria ser republicado, tendo sido encomendado a Gonçalves Dias um estudo crítico, que serviria de introdução à obra. Em lugar de uma simples introdução, Gonçalves Dias escreve *Reflexões sobre os anais históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo*, cujas constatações são as primeiras que centram a História do Brasil não mais como parte menor de Portugal. Como observa Dias (s/d., p. 151), “Berredo era português, e só escrevia para portugueses: não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal: daí o seu maior defeito.”

O Brasil como parte menor das glórias e conquistas de Portugal, não podia ser tolerado pelo poeta, que buscava a identidade nacional e a história de um Estado soberano. Buscava as verdadeiras raízes do Brasil, que, no seu ponto de vista, residiam no nativo, em sua sociedade, e na sua forma original de ver o mundo (Dias, s/d., p. 157).

O primeiro tópico que temos de tratar na história do Brasil é a dos índios. Eles pertencem tanto a esta terra como seus rios, como seus montes, e como suas árvores; e porventura não foi sem motivo que Deus os constitui tão distintos de todos os outros povos, como é distinto este clima de todo e qualquer outro clima do universo.

Assim como as aves brasileiras gorjeavam de forma diversa das portuguesas, assim também, os nativos brasileiros são diversos de seus conquistadores lusos. Os primeiros habitantes do Brasil, segundo Gonçalves Dias tinham na liberdade seu bem maior. Tal posição contrariava a de Berredo, que os julgava brutos. Negando que os índios fossem degenerados, afirma que por seu contato com a civilização deu-se o seu embrutecimento, deu-se

à força de servir como escravos. Perdendo a liberdade que era seu bem maior, perderam também sua dignidade, seu modo de ser e seu heroísmo. Mas em nenhum momento aponta os nativos como perfeitos, não comungando com a teoria de Rousseau sobre a corrupção da civilização sobre os seres humanos; ao contrário, acredita que os nativos são imprevidentes, resignados com o destino, ainda que heróicos (Dias, s/d., p. 158).

Gonçalves Dias indiferente à condição de bom ou de mau selvagem, demonstra que é com os primitivos habitantes do Brasil que tem início a História brasileira, que, sem sua participação, outra seria a identidade do Brasil.

Além de reconhecer o papel fundamental do índio na formação do Brasil, classifica segundo seu entendimento o historiador. Distingue dois tipos de historiador: o atrelado ao Estado e o ligado ao homem.

Berredo (para ele) pertenceria ao primeiro tipo, pois

o historiador político resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza suas idéias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro e tem por fim – a nação (Dias, s/d., p. 152).

O segundo tipo seria o do historiador-poeta, que entende como um homem de seu tempo, uma nação na qual todas são representadas; Gonçalves Dias seria, segundo sua própria classificação, um historiador-poeta, que

resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas as suas grandezas, execra todas as suas turpitudes, e generalizando todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tem por fim – a humanidade (Dias, s/d., p. 158).

Personificando no Brasil a humanidade inteira e nos índios, nos brasileiros e nos negros, a base para a História brasileira, todo o homem busca a liberdade. Gonçalves Dias tinha o sonho dos românticos, que julgavam que a liberdade era alicerçada no Estado Nacional.

Em 1846, deixa o Maranhão buscando na Capital do Império um trabalho compatível com seu tipo de formação, homem destituído de recursos materiais, a possibilidade de receber alguma sinecura do Império não poderia ser desagradável, sendo uma possibilidade de viver melhor com cargos públicos para os quais poderia ser designado, comum a todo bacharel brasileiro daquela época.

Logo ao chegar ao Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1847, ingressou como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo sido proposto

por Araújo Porto Alegre. Já em 7 de setembro de 1846, foi nomeado secretário e professor-adjunto de Latim, no Liceu de Niterói recebendo um ordenado de 1 conto de réis. Em maio do ano seguinte, solicita licença de seu cargo público para ser redator dos debates parlamentares do Senado no Jornal do Comércio e da Câmara. Mantém-se em contato com o Instituto Histórico e Geográfico e, no dia 6 de abril, recita em celebração à memória de Januário Cunha Barbosa. No ano seguinte, no dia 5 de março, foi nomeado professor de Latim e História no Colégio Pedro II.

Sob os auspícios do IHGB, realiza viagens de pesquisa etnográficas ao Maranhão e ao Norte como inspetor de ensino, designado pelo governo, ao mesmo tempo em que recolhe documentação histórica nos arquivos provinciais. Em 1853 solicita ao governo uma Comissão no Exterior.

Em 12 de maio de 1854, Gonçalves Dias apresentou, ao IHGB a sua tese mais conhecida *O descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um acaso*. Apresentou também sua memória *Brasil e Oceania*, cuja leitura ocupou nove sessões. Tal empenho valeu-lhe a designação para uma comissão na Europa, sendo designado pela Secretaria dos Estrangeiros para estudar o ensino em diversos países e coletar documentos históricos relativos à História do Brasil, recebendo os salários integrais e mais uma gratificação de 4:800\$000 e ainda 1:300\$000 para a contratação de copistas (Leal, 1868, p. 121).

Visita grande parte da Europa fixando-se em Paris. Na sua volta ao Brasil realiza novas pesquisas no Norte do Brasil, apresentando suas constatações em relatórios, salvo melhor juízo, não estudados.

Gonçalves Dias defende a tese da descoberta do Brasil por acaso, por sinal muito bem fundamentada, tinha um objetivo preciso que era o de minimizar o papel de Portugal na História do Brasil, reduzindo a descoberta a um achado ocasional, na viagem portuguesa para as Índias.

Gonçalves Dias percebeu o equívoco dos historiadores nacionais de colocarem o Brasil como uma mera extensão do império português, escrevendo assim uma história do conquistador e, muitos anos antes da mudança dos paradigmas da História, entende a importância dos nativos que viviam no Brasil, muitos anos antes da sua conquista por Portugal. Como historiador-poeta, segundo a divisão que ele propôs de não aceitar a perda da liberdade de muitos, sob a justificativa da glória de um império.

Terra gaúcha

Como Gonçalves Dias também Simões Lopes Neto fazia outra leitura da História brasileira, tendo ele nascido no extremo Sul do Brasil, enquanto aquele nasceu no extremo Norte. Separados estão no espaço e distantes no tempo, já que Simões nasce em 9 de março de 1865, apenas um ano após a morte de Gonçalves Dias. Morreu em Pelotas cidade onde nascera, em 14 de junho de 1916. Também o contexto histórico em que viveram era diferente. Um nasce no apogeu do Império, outro no período de sua desagregação e término.

A História feita pelo IHGB tinha servido para a manutenção da monarquia. O advento da República ocasionou extremo constrangimento entre os seus associados, defensores da Monarquia. Morto o rei, viva o presidente. Tratava-se agora de procurar novos personagens históricos que personificassem os ideais do novo regime, para justificar a manutenção da república.

A República ocasionou profundas mudanças tanto no ensino como no estudo da História, bem como nos fatos históricos e nos heróis nacionais. Julgava-se que não cabia mais a explicação idealista gestada pela Monarquia e pelo monarca Dom Pedro II, filho dileto dos Bragança portugueses. A adoção de outro regime de governo deveria corresponder a uma outra história nacional e positiva compatível com os novos tempos.

O positivismo adotado pela maioria dos políticos republicanos do Rio Grande do Sul exigia novas explicações. Mudaram-se os símbolos da Pátria; sua bandeira, seu escudo e seu lema, mas pouco foi o avanço para uma nova explicação histórica, que deveria voltar-se para o estudo da sociedade brasileira em sua *ordeira* trajetória rumo ao *progresso*. Ao contrário do que se esperava, pouco foi escrito pelos historiadores positivistas do início da República, em relação às mudanças políticas da História brasileira. Os historiadores republicanos estavam mais interessados em atacar os monarquistas do que em buscar novas explicações históricas. O que acabou mantendo a velha história idealista do Instituto Histórico e Geográfico, mudando-se apenas nominalmente os chamados “heróis” da Pátria.

Continuava a explicação idealista centrada nos fatos políticos e nos políticos que dirigiam o País. Nem os vínculos históricos entre o Brasil e a sua antiga Metrópole foram cortados. Para os historiadores republicanos a História do Brasil continuava a ser ainda um prolongamento da de Portugal.

Nesse contexto histórico, parece interessante observar a inovação histórica feita por Simões Lopes Neto, em 1910, na obra *Terra gaúcha: História elementar do Rio Grande do Sul*, que – salvo melhor juízo – é o

primeiro livro de História social do Rio Grande do Sul. A grande novidade que Lopes Neto apresenta é a sociedade do Estado sulino, seus usos e costumes, sua cultura e suas atividades, estuda a sociedade, as lutas nas quais foi involuntariamente envolvido deixando de lado, tanto a política como os políticos.

Lopes Neto estudou a historiografia gaúcha verificando sua tendência para tratar dos vencedores. Afirmava que a história rio-grandense (1998, p. 17) “pousa na feição biográfica, caracterizando-a sobretudo no duplo aspecto militar-político, daí, a crença generalizada de que só é digno da História o valor que se sagra nas batalhas.”

Percebe que é a sociedade no seu fazer e no seu saber a responsável pelas mudanças históricas, não sendo apenas uma crônica do poder e das guerras. Para ele (Lopes Neto, 1998, p. 18),

a História não se concebe mais – primordialmente – como uma exposição – comentada – de sucessos políticos e de aventuras guerreiras, em que intervieram “grandes homens”, porém, sim – e raciocinadamente. Como um conjunto orgânico de atividades de toda espécie, que contribuíram para modificar as condições de um país ou região, através dos tempos.

O povo é parte da História, contribuindo bem mais para as mudanças históricas do que os donos do poder político e os vencedores das batalhas; também os vencidos fazem parte do processo histórico. Os vencedores são apenas indivíduos, que levaram avante as aspirações e os propósitos coletivos, seus nomes pouco importam, já que a História é formada por todos, pelas venturas e desventuras, vitórias e derrotas, numa trama.

Não é por acaso que a guerra é “um tema obsessivo no mundo simoniano” como observa Chaves (2001, p. 160). Na fronteira eternamente em luta, o homem comum é levado a enfrentar a luta que não é a dele, da qual não tem consciência, e sobre a qual não tem qualquer papel ou influência (2001, p. 160). Para Simões o herói militar pouco importava, pois era o povo que fazia a História, tanto nacional como regional.

Muitos anos antes de Walter Benjamim formular suas teses sobre a filosofia da História, Lopes, nos confins do Brasil, propõe e escreve a história social dos vencidos.

História da minha terra

Em 1941, nas vésperas da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando os rumos da política nacional apontavam para sua adesão ao Bloco Aliado, a antiga região colonial fervilhava. Notícias desencontradas faziam ferver o sangue dos nacionalistas que durante longos anos tiveram de suportar os delírios patrióticos dos fascistas brasileiros e italianos, que movimentavam as cidades da Colônia com palestras e arroubos *mussolinistas*.

Os nacionalistas se reuniram no *Centro Cultural Tobias Barreto de Menezes*, situado na então pequena cidade de Caxias do Sul. A criação de centros cívicos haviam sido estimulados no Estado Novo, com o objetivo de terminar com o perigoso vírus do regionalismo e estimular o amor pela pátria brasileira. Em Caxias do Sul, o principal intelectual desse centro foi Percy de Abreu e Lima, marxista de crença e advogado de profissão, foi na escola de adultos por ele criada que se formaram as principais lideranças sindicalistas da região. Muitos eram os eventos destinados a promover tanto o amor pela pátria como pela igualdade social.

Entre seus participantes mais ativos estava o jovem Natal Chiarello, misto de boêmio e asceta, que era poeta e cronista. Chiarello e João Spadari Adami foram os mais ativos articulistas da imprensa regional que se posicionara a favor do nacionalismo. O período de preparação para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornava difícil a adoção de uma posição neutra em relação ao conflito: ou se defendia o Brasil e os Aliados, ou se defendia a Itália e o Eixo. Os frequentadores do Centro Cívico eram contra a Itália e a Alemanha, que haviam então, dada a situação nacional e a regional, se tornado sinônimas do Fascismo e do Nazismo.

Natal Chiarello nasceu em Caxias do Sul, em 25 de dezembro de 1913 e morreu em 9 de maio de 1945, deixando obras inéditas. Escrita em 1941, *Breve história da minha terra* é a primeira história da região, sob a ótica dos habitantes da *colônia italiana*.

Para ele nacionalista ferrenho, quase um romântico tardio, para amar a pátria e a terra em que se vive, é preciso conhecer sua história. Porém não havia uma história de sua terra. As elites intelectuais preocupadas com as eternas lutas regionais que marcaram o Rio Grande do Sul, escreviam apenas a história das oligarquias da campanha e dos campos.

Os imigrantes, figuras esquivas e secundárias, no cenário político regional mais preocupados em trabalhar e em acumular capital, do que em participar das lutas políticas estaduais, não mereciam a atenção dos historiadores gaúchos. Quando a imigração era citada, falava-se apenas dela como sendo um grupo etnográfico, que veio atrapalhar o purismo luso-riograndense, e trabalhar de forma braçal.

Já entre os descendentes de imigrantes, poucos se dedicavam às letras e às ciências, muito menos à História. Poucos eram ainda os que estudavam. Dessa forma, até a sua história, ou melhor dito, a crônica regional ficava restrita à visão dos políticos europeus que passavam pela região, ou à dos sacerdotes italianos.

A obra de Júlio Lorenzoni, *História de um imigrante italiano*, só foi publicada em 1975, sob o influxo das comemorações do centenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Não havia até então qualquer tipo de relato histórico-regional, muito menos sob a ótica dos colonos italianos e de seus descendentes. Dessa forma *Breve história da minha terra* foi a primeira tentativa de elaborar uma história regional sobre a imigração.

Em relação à propriedade, Chiarello afirma, quando o imigrante recebia o seu pedaço de terra, estava feito proprietário (Chiarello, 1995, p.16), percebendo assim a mudança radical sofrida pelo colono que de servo se torna senhor. Tal transformação dependia tanto da posse e da propriedade da terra como do esforço familiar.

O colono devia, portanto, contar apenas consigo próprio e com seus familiares. Sessenta hectares era um mundo. Um mundo onde predominavam florestas intermináveis de pinheirais, matas cerradas, furnas, peraus profundos e traçoeiros (Chiarello, 1995, p.17).

Em relação aos fatores que determinaram a imigração diz ele:

Indiscutivelmente, a maioria veio por imposições econômicas, para melhorar a situação financeira e com o fito de fazer fortuna rápida. Cumpre notar, entretanto, que, entre os colonos, havia muitos remediados e mesmo alguns ricos. Motivos diversos certamente os trariam ao Novo Mundo. Talvez casos sentimentais, a sede de aventuras ou o desejo de conhecer novas terras. O fator político também teve sua contribuição. As lutas internas da Itália trouxeram para cá muita gente que desejava apenas trabalhar e viver uma vida pacífica. Do mesmo modo, muitos perseguidos e insatisfeitos também emigraram à espera de melhores dias para retornarem à pátria. Damos como exemplo comprovante o fato de que sociedades secretas patrióticas e até as de carbonários, então bastante numerosas e desenvolvidas na Itália, aqui tiveram continuadores e disseminadores. Até mesmo a questão social deu motivo à emigração, pois outra causa não deve o seu nascimento à vizinha localidade de Galópolis, fundada por operários de uma fábrica de Schio que, tendo entrado em greve, foram despachados, vindo para o Brasil e localizando-se em Galópolis (Chiarello, 1995, p. 20).

Em relação à hierarquia e às relações sociais afirma:

Um fato que não poderá passar despercebido ao sociólogo do futuro será o da influência que o sacerdote exerceu no meio da colonização destas terras, influência que, em parte, persiste ainda hoje e que não se verificou de modo semelhante com nenhuma das outras imigrações que para cá se canalizaram (Chiarello, 1995, p. 20).

Adiantando-se no tempo, anuncia que no futuro os sociólogos irão verificar a importância do padre nas relações sociais e familiares. Não satisfeito em prever futuros estudos sociológicos sobre os imigrantes, reforça a importância do papel da religião, não só na condução religiosa dos colonos na religião, como parte atuante nas lutas político-regionais, papel que poucos cientistas sociais estudaram.

Sem queremos [sic] entrar em detalhes, limitar-nos-emos a afirmar que a autoridade religiosa foi sempre a mais acatada pelos colonos, mesmo quando não merecia essa consideração. Daí os atritos freqüentes que se verificaram nos primeiros tempos com elementos anticlericais (Chiarello, 1995, p. 27).

Chiarello com seu trabalho despretensioso adiantou-se a tempo, dando início à produção histórica regional, colocando problemas e questões, que ocuparam os pesquisadores durante boa parte do último quartel do século XX.

Últimas explicações

A antevisão histórica que marca os literatos citados parece estar ligada mais à sua intuição do que propriamente ao conhecimento de correntes e de explicações históricas. Não deixa de ser instigante, que os frutos da inspiração literária ligados a um cuidadoso trabalho de pesquisa de fontes históricas, possibilitaram a produção de explicações históricas, que se tornaram muito tempo depois suas obras.

Desafortunadamente, a produção histórica dos escritores brasileiros cai na vala comum do esquecimento, sendo ignorada, tanto pela crítica (sempre mais interessada pelas suas obras literárias) como pelos historiadores que não se preocuparam muito com tal tipo de produção histórica.

Apesar da diferença espacial e temporal existente entre Gonçalves Dias, Simões Lopes Neto e Natal Chiarello, eles apresentam um ponto comum: não é o Estado o responsável pela História, mas a sociedade formada que, como uma *trama* coletiva, impulsiona o processo de mudanças históricas.

Para eles o social é mais importante que o político, e no social inclui-se a cultura, representada pelo fazer e pelo saber do homem comum. Uma história sem heróis, sem a subalternidade imposta ao Brasil sob as óticas política e eurocêntrica.

A produção de autores literários na área da História revela mais uma vez como são vagos os limites que separam a História da literatura. Tal produção, devido à sua qualidade histórica e literária, mereceria ser melhor estudada.

Referências bibliográficas

CHIARELLO, Natal. *Breve história da minha terra*. Caxias do Sul: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/Universidade de Caxias do Sul, 1995.

GONÇALVES DIAS, Antônio. Meditação. In: LEAL, Antonio Henrique. *Obras Póstumas*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

_____. Meditação. Reflexões sobre os anais históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berrego. In: LEAL, Antonio Henrique. *Obras Póstumas*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: Nova Fronteira/UFMG, 2000.

LEAL, Antônio Henrique (Org.). *Obras Póstumas de Gonçalves Dias*. 6 v. Rio de Janeiro: Tipografia B. de Mattos, 1868.

LOPES, Simões Neto. *Terra gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 4. v., São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977/78.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: um estudo de história regional*. São Paulo: SENAC, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: 2002.

